

## SANEAMENTO CONSULTORIA S.A.

CNPJ nº 43.614.803/0001-49

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Saneamento Consultoria S.A. ("Sanco") é uma holding não operacional, com atuação na gestão das participações societárias, alocação de capital e acompanhamento das empresas investidas, quais sejam: Águas de Palhoça S.A, Ambiental Paraná 1 SPE S.A., Ambiental Paraná 2 SPE S.A. e Companhia Riograndense de Saneamento ("Corsan"). As demonstrações Financeiras da Companhia e das Investidas podem ser encontradas no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM: <https://sistemas.cvm.gov.br/>

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado		Passivos	Nota	Controladora		Consolidado					
		31/12/2024	01/01/2024	2025	01/01/2024			2025	31/12/2024	01/01/2024	2025	31/12/2024	01/01/2024		
		Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado			Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado		
Caixa e equivalentes de caixa	6	1	6	468	57.043	54.085	54.811	Fornecedores e empreiteiros	15	9	170	25	376.344	437.393	365.779
Aplicações financeiras	7	3.633	3.733	537	2.553.046	2.306.646	1.278.874	Financiamentos e debêntures	16	-	-	-	974.763	319.571	123.143
Contas a receber de clientes	8	-	-	-	648.788	605.075	338.091	Obrigações trabalhistas e sociais	-	-	-	-	248.359	139.101	457.541
Ativos financeiros contratuais	9	-	-	-	32.261	27.731	-	Obrigações fiscais	-	70	3	4	42.024	61.563	65.480
Estoques	-	-	-	-	79.869	22.399	141.995	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	10	12.227	7.996	-	460.090	348.234	114.933
Tributos a recuperar	544	916	693	286.735	25.731	4.040	-	Imposto de renda e contribuição social	209	-	-	-	128.676	144.119	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	10	6.113	1.925	472	-	-	-	Instrumentos financeiros derivativos	27	-	-	-	33.692	46.696	-
Outros créditos	14	5	452	30	176.248	40.223	201.547	Outros tributos diferidos	-	-	-	-	2.319	2.318	-
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>10.296</b>	<b>7.032</b>	<b>2.200</b>	<b>3.833.990</b>	<b>3.081.890</b>	<b>2.019.358</b>	<b>6.726.897</b>	Outras contas a pagar	18	-	-	-	362.188	200.952	114.889
Aplicações financeiras	7	-	-	-	69.278	64.287	68.610	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>12.515</b>	<b>8.169</b>	<b>29</b>	<b>2.628.455</b>	<b>1.699.947</b>	<b>1.241.765</b>	
Contas a receber de clientes	8	-	-	-	27.278	23.391	10.857	Fornecedores e empreiteiros	15	-	-	-	502.297	400.331	293.269
Ativos financeiros contratuais	9	-	-	-	116.731	107.008	150.919	Financiamentos e debêntures	16	-	-	-	5.387.672	4.082.922	2.454.998
Instrumentos financeiros derivativos	27	-	-	-	6.255	-	-	Provisões para demandas judiciais	19	-	-	-	946.178	1.272.660	1.633.206
Tributos a recuperar	-	-	-	-	36.357	143	88.088	Instrumentos financeiros derivativos	27	-	-	-	62.884	67.186	-
Ativo fiscal diferido	26 b.	-	-	-	283.040	320.667	720.382	Provisão de benefício pós-emprego	20	-	-	-	378.589	256.976	622.578
Depósitos judiciais	19	-	-	-	205.419	316.814	422.553	Outros tributos diferidos	-	-	-	-	5.792	9.563	10.620
Outros créditos	14	-	-	-	190.283	185.225	201.140	Outras contas a pagar	18	-	-	-	1.361.649	934.863	470.461
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>934.641</b>	<b>1.017.535</b>	<b>1.662.549</b>	<b>6.726.897</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>12.515</b>	<b>8.169</b>	<b>29</b>	<b>11.273.516</b>	<b>7.024.501</b>	<b>5.485.132</b>	
Investimentos	11	680.253	572.351	424.574	287	287	287	<b>Total do passivo</b>	<b>12.515</b>	<b>8.169</b>	<b>29</b>	<b>11.273.516</b>	<b>7.024.501</b>	<b>5.485.132</b>	
Imobilizado	-	-	-	-	951.256	474.350	221.374	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>21</b>	<b>197.067</b>	<b>103.831</b>	<b>4.255</b>	<b>197.067</b>	<b>103.831</b>	<b>4.255</b>
Ativo de contrato da concessão	12	-	-	-	1.226.898	2.067.104	1.999.865	Capital social	197.067	103.831	4.255	197.067	103.831	4.255	
Intangível	13	-	-	-	10.949.283	8.004.964	5.407.432	Reserva de capital	440.327	440.327	421.104	440.327	440.327	421.104	
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>680.253</b>	<b>572.351</b>	<b>424.574</b>	<b>14.062.365</b>	<b>11.564.240</b>	<b>9.291.507</b>	Reservas de lucros	27.947	27.056	1.386	27.947	27.056	1.386		
<b>Total do ativo</b>	<b>690.549</b>	<b>579.383</b>	<b>426.774</b>	<b>17.896.355</b>	<b>14.646.130</b>	<b>11.310.864</b>	Dividendo adicional proposto	12.693	-	-	12.693	-	-		

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

Saldos em 1º de janeiro de 2024	Nota	Capital social		Total do de capital	Reserva de capital	Dividendo adicional proposto	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
		integralizado	a integralizar								
Ajustes reapresentação	-	4.273	(18)	4.255	421.104	-	-	-	(1.786)	423.573	4.695.349
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2024 - reapresentado</b>	<b>4.273</b>	<b>(18)</b>	<b>4.255</b>	<b>421.104</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.786</b>	<b>423.573</b>	<b>4.695.349</b>
Aumento de capital social	21 a.	103.526	(3.950)	99.576	19.223	-	-	-	1.386	-	118.799
Ganhos atuariais	21 b.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	251.797
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.657.317
Destinação:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucros retidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024 - reapresentado</b>	<b>107.799</b>	<b>(3.968)</b>	<b>103.831</b>	<b>440.327</b>	<b>-</b>	<b>1.683</b>	<b>25.373</b>	<b>-</b>	<b>23.987</b>	<b>(23.987)</b>	<b>5.921.682</b>
Aumento de capital social	21 a.	1.124.899	(1.031.663)	93.236	-	-	-	-	-	-	93.236
(Perdas) atuariais, líquido de impostos	21 b.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	21 c.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos intermediários	21 e.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	20 e.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimo obrigatório	21 e.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucros retidos	21 f.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.232.698</b>	<b>(1.035.631)</b>	<b>197.067</b>	<b>440.327</b>	<b>-</b>	<b>12.693</b>	<b>2.574</b>	<b>25.373</b>	<b>-</b>	<b>(12.693)</b>	<b>6.622.839</b>

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	22	-	-	7.437.179	6.378.496
Custos dos serviços prestados	23	-	-	(4.019.748)	(3.478.640)
<b>Lucro bruto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.417.431</b>	<b>2.899.856</b>
Despesas administrativas e gerais	23	(408)	(733)	(800.548)	(605.138)
Outras receitas operacionais	24	-	-	735.681	56.766
Outras despesas operacionais	-	-	-	(23.011)	(18.166)
Resultado de equivalência patrimonial	11	18.573	34.101	-	-
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>	<b>18.165</b>	<b>33.368</b>	<b>3.329.553</b>	<b>2.333.318</b>	<b>-</b>
Receitas financeiras	25	638	546	787.686	460.956
Despesas financeiras	25	(252)	(107)	(975.278)	(477.252)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>386</b>	<b>439</b>	<b>(187.592)</b>	<b>(16.296)</b>	<b>-</b>
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>18.551</b>	<b>33.807</b>	<b>3.141.961</b>	<b>2.317.022</b>	<b>-</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	26 a.	(736)	(141)	(604.932)	(356.562)
Imposto de renda e contribuição social diferido	26 a.	-	-	(87.878)	(269.477)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>17.815</b>	<b>33.666</b>	<b>2.449.151</b>	<b>1.690.983</b>	<b>-</b>
Resultado atribuído para:	-	-	-	-	-
Acionistas controladores	17.815	33.666	17.815	33.666	-
Acionistas não controladores	-	-	2.431.336	1.657.317	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>17.815</b>	<b>33.666</b>	<b>2.449.151</b>	<b>1.690.983</b>	<b>-</b>

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>17.815</b>	<b>33.666</b>	<b>2.449.151</b>	<b>1.690.983</b>	<b>-</b>
Itens que poderiam ser classificados para o resultado	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	21 b.	-	-	(2.748)	(2.212)
IR/CS diferidos sobre realização da reserva de reavaliação	-	-	-	372	74
(Perda) Ganho atuarial - Benefício pós-emprego	21 c.	-	-	(138.226)	382.109
IR/CS diferidos sobre benefício pós-emprego	-	-	-	49.879	(130.312)
<b>Resultado abrangente</b>	<b>17.815</b>	<b>33.666</b>	<b>2.358.428</b>	<b>1.940.642</b>	<b>-</b>
Resultado abrangente atribuído aos:	-	-	-	-	-
Acionistas controladores	17.815	33.666	17.815	33.666	-
Acionistas não controladores	-	-	2.340.613	1.906.976	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>17.815</b>	<b>33.666</b>	<b>2.358.428</b>	<b>1.940.642</b>	<b>-</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

**1. Contexto operacional:** A Saneamento Consultoria S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 31 de agosto de 2021 com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, São Paulo - SP. A Companhia tem como objeto social a prestação de serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional a sociedades empresárias, fundos de investimento e outras entidades, especialmente com relação ao planejamento estratégico, organização, gestão, identificação, análise e seleção de oportunidades de investimento no setor de saneamento, análise de viabilidade técnica para implantação ou expansão de negócios e demais atividades relacionadas. As demonstrações financeiras abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como "Grupo"). O Grupo tem por objeto social a construção, a operação e a ampliação de instalações e fornecimento de água potável, as atividades de coleta e tratamento de esgotos sanitários, a prestação das atividades de gestão comercial dos serviços de abastecimento de água, prestação de serviços de implantação, operação e manutenção dos resíduos sólidos. **Segmento Operacional:** A Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que suas controladas operam e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de saneamento (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional. **2. Entidades do grupo:** A tabela abaixo apresenta as participações da Companhia no quadro acionário total de suas controladas bem como suas atividades:

Controladas	Atividades principais	Data de término da concessão	2025	2024
Águas de Palhoça S.A. ("Palhoça")	Concessão Água e Esgoto	11/2054	99,00%	99,00%
Ambiental Paraná 1 SPE S.A. ("Ambiental Paraná 1")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	03/2047	100%	100%
Ambiental Paraná 2 SPE S.A. ("Ambiental Paraná 2")	Parceria Público Privada em Concessão de Esgoto	01/2049	100%	100%
Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN ("Corsan")	Concessão Água e Esgoto	dez/29 a dez/62	73,91%	73,88%

A controlada Corsan possui 317 contratos de concessão para os municípios do Rio Grande do Sul em que atua, conforme demonstrado abaixo:

	Atividades principais	Data de término da concessão
313 Municípios (i)	Concessão Água e Esgoto	dezembro/29 a dezembro/62
4 Municípios (ii)	Concessão Água	outubro/31 a dezembro/62

(i) Os municípios são: Aceguá, Água Santa, Agudo, Ajuricaba, Alecrim, Alegrete, Alpestre, Alto Alegre, Alvorada, Amaral Ferrador, Armeizista do Sul, Antônio Prado, Arambaré, Aratiba, Arroio do Meio, Arroio do Sal, Arroio do Tigre, Arroio dos Ratos, Arroio Grande, Arvorezinha, Aures, Balmário Pinhal, Barão, Barão de Cotegipe, Barão do Triunfo, Barra do Guaritá, Barra do Quaraí, Barra do Ribeiro, Barracão, Barros Cassal, Bento Gonçalves, Boa Vista do Buricá, Bom Jesus, Bom Progresso, Bom Retiro do Sul, Boqueirão do Leão, Bossoroca, Braga, Butiá, Caçapava do Sul, Cacequi, Cachoeira do Sul, Cachoeirinha, Cacique Doble, Caibatê, Caieira, Caieiras, Camaquã, Cambará do Sul, Campesina da Serra, Campinas do Sul, Campo Bom, Campo Novo, Campos Borges, Candelária, Cândido Godói, Canela, Canguçu, Canoas, Capão da Canoa, Capão do Leão, Capela de Santana, Capivari do Sul, Carazinho, Carlos Barbosa, Casca, Caseiros, Catuipe, Cerrito, Cerro Grande do Sul, Cerro Largo, Chapada, Charqueadas, Chiapetta, Chuí, Chuvisca, Cidreira, Ciriaco, Colorado, Condor, Constantina, Coronel Bicaco, Coporã, Crissiumal, Cristal, Cruz Alta, Cruzeiro do Sul, David Canabarro, Derrubadas, Dilermando de Aguiar, Dois Irmãos, Dom Feliciano, Dom Pedrito, Dona Francisca, Doutor Maurício Cardoso, Eldorado do Sul, Encantado, Encruzilhada do Sul, Entre Rios do Sul, Entre-Ijuís, Erebang, Erechim, Erval Grande, Erval Seco, Esmeralda, Espumoso, Estação, Estância Velha, Esteio, Estrela, Fagundes Varela, Farroupilha, Faxinal do Soturno, Faxinalzinho, Feliz, Flores da Cunha, Fontoura Xavier, Formigueiro, Fortaleza dos Valos, Frederico Westphalen, Garibaldi, Gaurama, General Câmara, Getúlio Vargas, Giruá, Glorinha, Gramado, Gravataí, Guaiuba, Guaporé, Guarani das Missões, Herval, Horizontina, Humaitá, Ibiaçá, Ibiraiaras, Ibirubá, Igrejinha, Ijuí, Iloópolis, Irmã, Independência, Inhacorá, Ipê, Iraí, Itaara, Itapuca, Itaqui, Itatiba do Sul, Ivorá, Jaboticaba, Jacutinga, Jaguarão, Jaguaruari, Jaquirana, Jú

## SANEAMENTO CONSULTORIA S.A.

CNPJ nº 43.614.803/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

→ continuação

a) Base de consolidação: (i) *Controladas*: As demonstrações financeiras das controladas, conforme nota explicativa nº 2, são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obteve o controle, até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os resultados do exercício das controladas são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras. (ii) *Participação de acionistas não controladores*: Para cada combinação de negócios, a Companhia elege mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida, utilizando um dos seguintes critérios: • Pelo valor justo; ou • Pela participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações com acionistas em sua capacidade de acionistas. Ajustes à participação de não controladores são baseados em um montante proporcional dos ativos líquidos da subsidiária. Nenhum ajuste é feito no ágio por rentabilidade futura (*goodwill*) e nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado do exercício. (iii) *Perda de controle e de influência significativa*: Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos, incluindo qualquer mais-valia, e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido, incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas. Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. (iv) *Transações eliminadas na consolidação*: Saldos e transações entre empresas controladas pela Companhia são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. b) *Arrendamentos*: A administração avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. *Ativos de direito de uso*: O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. *Passivos de arrendamento*: Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. *Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor*: O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Além disso, o Grupo também aplica a isenção de reconhecimento para os ativos de baixo valor. Os pagamentos desses arrendamentos de curto prazo e de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. c) *Ativos intangíveis*: O Grupo possui como ativos intangíveis itens relacionados ao Contrato de Concessão de Serviços de direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item "e)". *Redução ao valor recuperável (impairment)*: (i) *Ativos financeiros não derivativos*: *Instrumentos financeiros e Ativos contratuais*: O Grupo, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que a contraparte pague integralmente suas obrigações de crédito. *Mensuração das perdas de crédito esperadas*: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. O Grupo determinou que a perda de crédito esperada é mensurada pela expectativa de perda futura através de padrões históricos de inadimplência, conforme matriz de provisões. *Ativos financeiros com problemas de recuperação*: Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso; • Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. A provisão para perda de crédito esperada para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. *Baixa*: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. Para créditos baixados como perda, recuperados através de ações comerciais, eventuais descontos concedidos são reconhecidos no resultado financeiro. *Contas a receber de clientes*: O Grupo reconhece perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa em montante considerado suficiente pela Administração para refletir as perdas esperadas em sua carteira de contas a receber, em conformidade com a política contábil adotada e com os critérios estabelecidos pelo CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A mensuração das perdas esperadas é realizada por meio de uma matriz de perda (rolagem), construída com base na experiência histórica de inadimplência observada nos últimos 36 meses, segmentada por faixas de vencimento dos créditos. A metodologia utilizada requer o exercício de julgamento significativo por parte da Administração, considerando, entre outros fatores: o histórico de recebimentos e recuperações; a composição e o prazo da carteira de contas a receber; as condições econômicas atuais; e expectativas razoáveis e sustentáveis quanto a perdas futuras, quando aplicável. As alterações de exposição do Grupo ao risco de crédito durante o exercício estão descritas na nota explicativa nº 27. (ii) *Ativos não financeiros*: Em cada data de reporte, o Grupo revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação é realizado o teste de redução ao valor recuperável do ativo. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entretanto essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos de alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. (e) *Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura*: As concessionárias do Grupo aplicam a prática contábil de ativar o preço total da delegação do serviço público (outorga) como um ativo intangível, em contrapartida a um passivo, (quando aplicável), dos valores futuros a pagar ao Poder Concedente. Nos termos dos contratos de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e podendo operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante um determinado prazo. Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção. As controladas Ambiental Paraná 1 e Ambiental Paraná 2 possuem um direito incondicional de recebimento da remuneração prevista em contrato do montante dos investimentos realizados, razão pela qual, à medida que executam as construções e melhorias, reconhecem um ativo financeiro. A controlada Corsan reconhece para alguns contratos um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber um montante financeiro ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não amortizados no prazo da concessão. Para a controlada Palhoça, não está previsto reconhecer ativos financeiros sobre qualquer remuneração ao final do prazo de exploração da infraestrutura. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria e ampliação em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos financiamentos e debêntures atribuíveis a esse ativo. O Grupo estimou que eventual margem é próxima a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de forma linear pela vida útil ou pelo prazo da concessão, dos dois o menor. f) *Capitalização dos custos dos financiamentos e debêntures*: Os custos dos financiamentos e debêntures atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção (ou melhoria). g) *Benefícios a empregados*: (i) *Benefício de curto prazo a empregados*: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado, a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se o Grupo tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (ii) *Benefício pós-emprego - Planos de saúde*: O Grupo oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia e suas controladas são copatrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia e suas controladas são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuário independente. (iii) *Benefício de aposentadoria*: Os estudos atuariais realizados para dimensionar as obrigações e custos dos benefícios de aposentadoria e assistência à saúde têm a finalidade de atender às exigências de contabilização de passivos/ativos resultantes dos benefícios

oferecidos pelas empresas aos seus empregados, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1). Os cálculos atuariais efetuados para dimensionar todas estas obrigações são realizados tendo como base parâmetros técnicos (premissas atuariais, demográficas, econômicas e financeiras) que são reavaliados periodicamente visando atestar sua aderência à massa de participantes do plano. h) *Provisões*: Uma provisão é reconhecida quando o Grupo tem uma obrigação presente decorrente de um evento passado e é provável que sejam necessários recursos para liquidá-la, desde que o montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são revisadas em cada data de reporte e ajustadas para refletir as estimativas atuais. As reversões de provisões são reconhecidas quando a obrigação deixa de existir ou quando a saída de recursos deixa de ser provável. i) *Capital social*: (i) *Ações ordinárias*: Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações, quando houver, serão reconhecidos como redução do patrimônio líquido. (ii) *Ações preferenciais*: Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia. j) *Receita de contrato com cliente*: O Grupo reconhece suas receitas, pelo seu valor justo, à medida que satisfaz as obrigações de desempenho. As principais fontes de receita do Grupo estão descritas a seguir: (i) *Serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto*: A receita relacionada ao serviço de abastecimento de água compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação, sendo: captação, adução, tratamento e distribuição de água, sendo reconhecida por ocasião da aferição do volume consumido pelos clientes. A receita relacionada ao tratamento de esgotamento sanitário compreende a obrigação de desempenho que é composta pelo ciclo integral de operação, sendo: coleta, tratamento e destinação do esgoto, sendo faturada através do volume medido de esgoto tratado e/ou por meio da paridade com água. (ii) *Outros serviços indiretos de água e esgoto*: A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se, principalmente à prestação de serviços de ligação de água ou esgoto, instalações de hidrômetros e religação de água, sendo as obrigações de desempenho atendidas na conclusão de cada serviço prestado e, a receita, reconhecida neste momento. (iii) *Receita a faturar de serviços de água e esgoto*: As receitas ainda não faturadas são calculadas com base na média de consumo dos clientes, aplicando a proporção correspondente aos dias de consumo que irão compor o faturamento do mês seguinte, mas que, em obediência ao princípio da competência, são reconhecidos no mês em que houve o efetivo consumo e sendo contabilizadas na conta de receitas a faturar. (iv) *Receitas de construção ativo financeiro*: A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referente aos projetos de infraestrutura que algumas controladas executam no âmbito de contratos de parceria pública privada ("PPP"). A receita de desenvolvimento da infraestrutura é reconhecida no resultado em função do estágio da obra, à medida que os custos são incorridos e mensurada com base nos seus valores justos. O concessionário estima que o valor justo de sua contraprestação recebida seja equivalente aos custos de construção previstos mais a margem sobre os custos de desenvolvimento da infraestrutura que são reconhecidos à medida que são incorridos. As margens justas mensuradas nas controladas Ambiental Paraná 1 e Ambiental Paraná 2, pela margem de construção em 31 de dezembro de 2025 são de 13,38% e 9,60% respectivamente. Subsequentemente o recebível é mensurado ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos menos os recebimentos, sendo esse reconhecido no resultado como Remuneração do Ativo Financeiro. (v) *Receitas de construção ativo intangível*: A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria dos contratos de concessão é reconhecida baseada no estágio da obra realizada. Essa receita é composta pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos financiamentos e debêntures atribuíveis a esse ativo. As controladas da Companhia estimaram que eventual margem é próxima a zero. k) *Tributos*: (i) *Imposto de renda e contribuição social*: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. *Tributo corrente*: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. *Tributo diferido*: O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável, e diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas, até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. *Exposições fiscais*: Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos o Grupo leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda, tenha que ser realizado. O Grupo acredita que a provisão para Imposto de Renda no passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria o Grupo a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. (ii) *Tributos sobre prestações de serviços*: O PIS e COFINS do exercício são calculados com base nas alíquotas de 1,65% para PIS e 7,60% para COFINS, no mesmo sentido que geram créditos sobre as aquisições de mercadorias e serviços utilizados nas operações do Grupo. O PIS e COFINS diferidos no Balanço Patrimonial compreendem a proporção das receitas que não foram recebidas das operações com Órgãos Públicos, se mantendo assim até o momento do efetivo recebimento das receitas que lhe deram origem, quando o recolhimento será realizado, de acordo com a legislação fiscal vigente. l) *Instrumentos financeiros*: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. (i) *Reconhecimento e mensuração inicial*: *Ativos financeiros*: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais o Grupo tenha aplicado o expediente prático, o Grupo inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPJ") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios do Grupo para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. *Passivos financeiros*: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. (ii) *Mensuração subsequente*: *Ativos financeiros*: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros do Grupo são classificados em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado: Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. *Passivos financeiros*: Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros do Grupo são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no

reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. (iii) *Desreconhecimento*: *Ativos financeiros*: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • O Grupo transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiram uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) o Grupo nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiram o controle do ativo. Quando o Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebram um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, retiveram os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento contínuo. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pelo Grupo. *Passivos financeiros*: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. (iv) *Compensação*: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. (v) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*: *Instrumento financeiro derivativo*: O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivativos de swaps de taxa de juros, para proteger-se contra seu risco de taxa de juros. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo. No início de um relacionamento de hedge, o Grupo formalmente designa e documenta a relação de hedge à qual desejam aplicar a contabilidade de hedge e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como o Grupo avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de hedge (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de hedge e como determinar o índice de hedge). Um relacionamento de hedge se qualifica para contabilidade de hedge se atender todos os seguintes requisitos de efetividade: • Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de hedge; • O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam dessa relação econômica; e • O índice de hedge da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de hedge que o Grupo efetivamente utiliza para proteger essa quantidade de item protegido. (vi) *Hedges de valor justo*: O Grupo utiliza contratos de swap como hedge para proteger sua exposição ao risco identificado. A mudança no valor justo de um instrumento de hedge é reconhecida na demonstração do resultado. A mudança no valor justo do item objeto de hedge atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado. Se o item objeto de hedge for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado. (vii) *Hierarquia do valor justo*: Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. (viii) *Receitas financeiras e despesas financeiras*: As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, juros e multa recebidos ou auferidos, valor justo da dívida por meio do resultado, atualização de precatórios e ajuste a valor presente de ativos financeiros. As despesas financeiras abrangem despesas com encargos sobre financiamentos e debêntures, descontos concedidos, despesas e comissões bancárias, JUS/CO-FINS sobre receita financeira, perda com instrumentos financeiros derivativos, perdas de arrendamentos e ajuste a valor presente de clientes. m) *Determinação do valor justo*: Diversas políticas e divulgações contábeis do Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo. n) *Normas emilidas, mas ainda não vigentes*: Uma série de novos pronunciamentos contábeis será aplicada a exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não adotou antecipadamente esses pronunciamentos na preparação destas demonstrações contábeis. Dentre as normas emilidas com potencial aplicabilidade à Companhia, destaca-se: • CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis O Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu o CPC 51, que substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, com vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O CPC 51 introduz novos requerimentos relacionados à apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis, incluindo: • Exigência de classificação de receitas e despesas em categorias específicas na demonstração do resultado, com a introdução de novo subtítulo obrigatório de lucro operacional; • Obrigatoriedade de divulgação das Medidas de Desempenho Definidas pela Administração (MPMs) em nota explicativa específica; • Orientações aprimoradas sobre a agregação e desagregação de informações nas demonstrações contábeis; e • Exigência de utilização do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto. A Companhia encontra-se em fase de avaliação dos impactos decorrentes da adoção do CPC 51, especialmente no que se refere à estrutura e à apresentação da demonstração do resultado, bem como à forma de agregação e detalhamento das informações divulgadas nas demonstrações contábeis. 5. **Reapresentação das demonstrações financeiras**: Durante o exercício de 2025 o Grupo identificou ajustes contábeis relacionados aos assuntos descritos abaixo. Em decorrência disso, procedeu à reapresentação dos valores correspondentes, conforme requerido pelo CPC 23 relacionadas aos seguintes temas: (i) Adequação dos critérios de reconhecimento de receitas com clientes, em conformidade com o CPC 47; (ii) Revisão da metodologia de cálculo das Perdas de Crédito Esperadas, com base nos requerimentos do CPC 48; (iii) Ajuste a valor presente ("AVP") e revisão da taxa de desconto aplicada aos saldos de contas a receber de longo prazo, nos termos do CPC 12 e do CPC 48; (iv) Revisão do tratamento contábil da capitalização de juros associados ao pagamento de outros, à luz do CPC 20 - Custos de Empréstimos; (v) Revisão da metodologia de reconhecimento da receita de construção pelo método do Percentual de Conclusão (POC - Percentage of Completion); (vi) Além dos ajustes descritos acima, a Companhia procedeu outros ajustes referentes a: • Reversão de saldos anteriormente reconhecidos como ativos financeiros, decorrente não expectativa de recebimento; • Reflexo da reapresentação das demonstrações financeiras nas destinações de resultado; • Reclassificações da demonstração de fluxo de caixa; • Efeitos dos ajustes no ativo adquirido de Ambiental Metrosul Concessionária SPE SA; • Revisão e reconhecimento refletidos sobre os tributos correntes e diferidos, de acordo com o CPC 32; (i) **Adequação dos critérios de reconhecimento de receitas com clientes**: No contexto da reapresentação, o Grupo procedeu à reavaliação de seus critérios adotados para o reconhecimento de receitas provenientes de contratos com clientes, no contexto do CPC 47. Como resultado dessa reavaliação, identificou-se que determinados saldos de receita anteriormente reconhecidos não atendiam, de forma integral, a pelo menos um dos cinco passos exigidos pela norma para o reconhecimento da receita, especialmente no que se refere à identificação de contrato válido com cliente e à avaliação da probabilidade de recebimento da contraprestação. Especificamente, foram identificadas situações em que receitas haviam sido reconhecidas para clientes cuja situação cadastral se encontrava incompleta ou desatualizada, o que inviabilizava a adequada avaliação da capacidade financeira e da intenção de pagamento desses clientes. Nesses casos, concluiu-se que não estavam presentes evidências suficientes para suportar a existência de um contrato com substância comercial, conforme requerido pelo CPC 47. Adicionalmente, foram identificados saldos de clientes com faturas vencidas, sem histórico anterior de recebimento ou expectativa razoável de liquidação. Tal condição compromete diretamente o atendimento ao requisito de probabilidade de recebimento da contraprestação, afetando o cumprimento dos cinco passos previstos no CPC 47. Em decorrência disso, todas as receitas anteriormente reconhecidas para esses clientes foram integralmente estornadas, bem como os respectivos clientes excluídos da base de faturamento da Companhia. Em função dos aspectos acima descritos, a Companhia promoveu o ajuste de seus critérios de reconhecimento de receita, resultando na reapresentação das demonstrações financeiras, de modo a refletir de forma mais fidedigna os princípios e requerimentos estabelecidos pelo CPC 47. (ii) **Revisão da metodologia de cálculo da Perdas de Crédito Esperadas**: O Grupo revisou a metodologia de mensuração das perdas de crédito esperadas aos recebíveis de clientes e concluiu que não estava em conformidade com o CPC 48. A revisão da PECLD contemplou a substituição de práticas anteriores por uma metodologia baseada em uma matriz de provisão construída a partir de faixas de vencimento (aging) e taxas de perda esperada calibradas com base em histórico de perdas e padrões de comportamento de recebimento, esta matriz foi denominada de "matriz de rolagem". Por fim, no âmbito da revisão dos critérios, também foram identificadas renegociações realizadas com clientes que apresentavam parcelas vencidas há mais de 30 dias. Considerando que tais clientes já possuíam histórico de inadimplência e que a renegociação não eliminava as incertezas relevantes quanto à capacidade e intenção de pagamento, a Companhia concluiu que não estavam atendidos os requisitos para manutenção dos saldos a receber. Assim, os saldos reconhecidos para esses clientes foram integralmente baixados. (iii) **Ajuste a valor presente ("AVP") e revisão da taxa de desconto aplicada aos saldos de contas a receber de longo prazo**: O grupo revisou a taxa de desconto utilizada para o cálculo do ajuste a valor presente dos saldos de contas a receber classificados no longo prazo. Como resultado dessa revisão, utilizou-se a necessidade de adequar a taxa de desconto anteriormente aplicada, que identificava uma taxa real, ao invés de uma taxa nominal. (iv) **Revisão do tratamento contábil da capitalização de juros associados ao pagamento de outorga**: Historicamente, o Grupo capitalizava juros sobre financiamentos e debêntures relacionadas ao pagamento da outorga, considerando que a outorga representava o valor pago pelo direito de exploração da infraestrutura de concessão que seria construída. A época, o racional adotado partia do entendimento de que a infraestrutura recebida e não era capaz de gerar fluxos de caixa positivos frente aos investimentos adicionais necessários para que atingisse o estado pretendido para uso ou venda, conforme definido pelo CPC 20. Nesse contexto, os encargos financeiros associados ao financiamento da outorga vinham sendo tratados como diretamente atribuíveis à obtenção e preparação do ativo qualificável. O

→ continua



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>

→ continuação

## SANEAMENTO CONSULTORIA S.A.

CNPJ nº 43.614.803/0001-49

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

Grupo procedeu a uma reavaliação aprofundada das condições da infraestrutura recebida, considerando sua capacidade de geração de caixa, o nível de operacionalidade existente no momento da assunção da concessão e a geração efetiva de retorno econômico ao acionista. Como resultado dessa revisão, concluiu-se que a infraestrutura já apresentava capacidade suficiente de geração de caixa independentemente da realização dos investimentos de expansão e melhoria, caracterizando-se, portanto, como ativo que já se encontrava substancialmente no estado pretendido para uso, conforme os critérios estabelecidos pelo CPC 20. Portanto, a Companhia concluiu que não estavam atendidos os requisitos para capitalização dos juros associados ao financiamento da outorga. Adicionalmente, considerando que praticamente a totalidade do ativo de concessão já se encontrava em operação, a Companhia revisou a base e o perfil de amortização do ativo, recalculando a despesa de amortização de forma consistente com a nova avaliação quanto ao estágio de utilização do ativo e à vida útil econômica remanescente. (v) **Revisão da metodologia de reconhecimento da receita de construção pelo método do Percentual de Conclusão (POC - Percentage of Completion):** O Grupo revisou a metodologia utilizada para a mensuração e o reconhecimento da receita de construção reconhecida pelo método do percentual de conclusão (POC), considerando os requerimentos do CPC 47, para reconhecimento de receita ao longo do tempo e mensuração da contraprestação, bem como as orientações aplicáveis à contabilização de contratos de concessão/PPP previstas na ICPC 01. Historicamente, a margem de construção era apurada de forma simplificada, como a diferença entre a parcela da receita contratual atribuída à contraprestação fixa e o custo de construção projetado, sendo a receita de construção reconhecida ao longo do tempo de acordo com o custo financeiro das obras incorridos. No âmbito da revisão, a Companhia concluiu que essa abordagem não refletia de forma adequada a substância econômica dos fluxos contratuais, nem permitia a separação apropriada entre (i) a remuneração pelos serviços de construção e (ii) os efeitos financeiros decorrentes do diferimento no recebimento da contraprestação, especialmente em contratos com prazos extensos. Adicionalmente, em função da revisão das margens do contrato, a Companhia revisou a alocação do valor justo da contraprestação entre todas as obrigações de performance previstas nos contratos, incluindo construção, operação e financiamento. Como resultado dessa revisão, a Companhia concluiu que a remuneração dos serviços de construção é suportada tanto por contraprestação fixa quanto variável, passando a reconhecer, além do ativo financeiro correspondente às parcelas incondicionais a receber, um ativo intangível relacionado ao direito de cobrança aplicável à contraprestação variável como resultado, a Companhia passou a adotar uma nova metodologia para mensuração da margem de construção, baseada nos fluxos de caixa esperados de receitas e custos atribuíveis à fase de construção, descontados a valor presente. Em função das alterações descritas, a Companhia ajustou a mensuração e a apresentação dos saldos e resultados relacionados às PPPs, incluindo a segregação entre receita de construção, receita financeira e os correspondentes ativos financeiro e intangível. Tais efeitos foram refletidos na reapresentação das demonstrações financeiras, de modo a assegurar que o reconhecimento de receita, a mensuração dos ativos contratuais e a apresentação dos efeitos financeiros associados estejam alinhados aos requerimentos contábeis definidos nas normas CPC 47, CPC 12 e ICPC 01.

	Controladora			Consolidado		
	01 de janeiro de 2024			01 de janeiro de 2024		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
<b>Ativo</b>						
Contas a receber de clientes	–	–	–	529.790	(191.699)	(i) (ii) (iii) 338.091
Tributos a recuperar	693	–	693	903	3.137	(i) (ii) 4.040
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	618	(146)	472	–	–	–
Demais saldos	1.035	–	1.035	1.677.227	–	1.677.227
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>2.346</b>	<b>(146)</b>	<b>2.200</b>	<b>2.207.920</b>	<b>(188.562)</b>	<b>2.019.358</b>
Ativos financeiros contratuais	–	–	–	181.590	(30.671)	(v) 150.919
Ativo fiscal diferido	–	–	–	647.549	72.833	(vi) 720.382
Demais saldos	–	–	–	791.248	–	791.248
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>1.620.387</b>	<b>42.162</b>	<b>1.662.549</b>
Investimentos	421.256	3.318	424.574	287	–	287
Intangível	–	–	–	5.501.501	(94.069)	(vi) 5.407.432
Demais saldos	–	–	–	2.221.239	–	2.221.239
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>421.256</b>	<b>3.318</b>	<b>424.574</b>	<b>9.343.414</b>	<b>(51.907)</b>	<b>9.291.507</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>423.602</b>	<b>3.172</b>	<b>426.774</b>	<b>11.551.334</b>	<b>(240.470)</b>	<b>11.310.864</b>

	Controladora			Consolidado		
	01 de janeiro de 2024			01 de janeiro de 2024		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
<b>Passivo</b>						
Obrigações fiscais	4	–	4	65.264	216	(i) (vi) 65.480
Dividendos a pagar	–	–	–	149.303	(34.370)	(vi) 114.933
Demais saldos	25	–	25	1.061.352	–	1.061.352
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>29</b>	<b>–</b>	<b>29</b>	<b>1.275.919</b>	<b>(34.154)</b>	<b>1.241.765</b>
Fornecedores e empreiteiros	–	–	–	388.203	(94.934)	(vi) 293.269
Demais saldos	–	–	–	5.191.863	–	5.191.863
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>5.580.066</b>	<b>(94.934)</b>	<b>5.485.132</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>29</b>	<b>–</b>	<b>29</b>	<b>6.855.985</b>	<b>(129.088)</b>	<b>6.726.897</b>

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2024		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
<b>Ativo</b>						
Contas a receber de clientes	–	–	–	657.088	(52.013)	(i) (ii) (iii) 605.075
Ativos financeiros contratuais	–	–	–	31.711	(3.980)	(v) 27.731
Tributos a recuperar	916	–	916	21.701	4.030	(i) (ii) 25.731
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	1.580	345	1.925	–	–	–
Demais saldos	4.191	–	4.191	2.423.353	–	2.423.353
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>6.687</b>	<b>345</b>	<b>7.032</b>	<b>3.133.853</b>	<b>(51.963)</b>	<b>3.081.890</b>
Contas a receber de clientes	–	–	–	42.308	(18.917)	(i) (ii) (iii) 23.391
Ativos financeiros contratuais	–	–	–	137.679	(30.671)	(v) 107.008
Ativo fiscal diferido	–	–	–	341.412	(20.745)	320.667
Demais saldos	–	–	–	566.469	–	566.469
<b>Total do realizável a longo prazo</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>1.087.866</b>	<b>(70.333)</b>	<b>1.017.535</b>
Investimentos	535.674	36.677	(vi) 572.351	287	–	287
Intangível	–	–	–	8.112.769	(107.805)	(vi) 8.004.964
Demais saldos	–	–	–	2.541.454	–	2.541.454
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>535.674</b>	<b>36.677</b>	<b>572.351</b>	<b>11.742.378</b>	<b>(178.138)</b>	<b>11.564.240</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>542.361</b>	<b>37.022</b>	<b>579.383</b>	<b>14.876.231</b>	<b>(230.101)</b>	<b>14.646.130</b>

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2024		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
<b>Passivo</b>						
Obrigações fiscais	3	–	3	61.931	(368)	(i) (vi) 61.563
Dividendos a pagar	–	7.996	7.996	374.609	(26.375)	(vi) 348.234
Imposto de renda e contribuição social	–	–	–	125.764	18.355	(vi) 144.119
Outras contas a pagar	–	–	–	189.903	11.049	(vi) 200.952
Demais saldos	170	–	170	945.079	–	945.079
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>173</b>	<b>7.996</b>	<b>8.169</b>	<b>1.697.286</b>	<b>2.661</b>	<b>1.699.947</b>
Fornecedores e empreiteiros	–	–	–	521.710	(121.379)	(vi) 400.331
Passivo fiscal diferido	–	–	–	298	(298)	(vi) –
Demais saldos	–	–	–	6.620.282	3.888	6.624.170
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>7.142.290</b>	<b>(117.789)</b>	<b>7.024.501</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>173</b>	<b>7.996</b>	<b>8.169</b>	<b>8.839.576</b>	<b>(115.128)</b>	<b>8.724.448</b>

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2024		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
<b>Passivo</b>						
Obrigações fiscais	3	–	3	61.931	(368)	(i) (vi) 61.563
Dividendos a pagar	–	7.996	7.996	374.609	(26.375)	(vi) 348.234
Imposto de renda e contribuição social	–	–	–	125.764	18.355	(vi) 144.119
Outras contas a pagar	–	–	–	189.903	11.049	(vi) 200.952
Demais saldos	170	–	170	945.079	–	945.079
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>173</b>	<b>7.996</b>	<b>8.169</b>	<b>1.697.286</b>	<b>2.661</b>	<b>1.699.947</b>
Fornecedores e empreiteiros	–	–	–	521.710	(121.379)	(vi) 400.331
Passivo fiscal diferido	–	–	–	298	(298)	(vi) –
Demais saldos	–	–	–	6.620.282	3.888	6.624.170
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>7.142.290</b>	<b>(117.789)</b>	<b>7.024.501</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>173</b>	<b>7.996</b>	<b>8.169</b>	<b>8.839.576</b>	<b>(115.128)</b>	<b>8.724.448</b>

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2024		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
<b>Passivo</b>						
Obrigações fiscais	3	–	3	61.931	(368)	(i) (vi) 61.563
Dividendos a pagar	–	7.996	7.996	374.609	(26.375)	(vi) 348.234
Imposto de renda e contribuição social	–	–	–	125.764	18.355	(vi) 144.119
Outras contas a pagar	–	–	–	189.903	11.049	(vi) 200.952
Demais saldos	170	–	170	945.079	–	945.079
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>173</b>	<b>7.996</b>	<b>8.169</b>	<b>1.697.286</b>	<b>2.661</b>	<b>1.699.947</b>
Fornecedores e empreiteiros	–	–	–	521.710	(121.379)	(vi) 400.331
Passivo fiscal diferido	–	–	–	298	(298)	(vi) –
Demais saldos	–	–	–	6.620.282	3.888	6.624.170
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>7.142.290</b>	<b>(117.789)</b>	<b>7.024.501</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>173</b>	<b>7.996</b>	<b>8.169</b>	<b>8.839.576</b>	<b>(115.128)</b>	<b>8.724.448</b>

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2024		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
<b>Demonstrações dos resultados</b>						
Receita operacional líquida	–	–	–	6.432.025	(53.529)	(i) (ii) 6.378.496
Custos dos serviços prestados	–	–	–	(3.501.073)	22.433	(vi) (3.478.640)
<b>Lucro bruto</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>2.930.952</b>	<b>(31.096)</b>	<b>2.899.856</b>
Despesas administrativas e gerais	(733)	–	(733)	(675.942)	70.804	(i) (ii) (605.138)
Resultado de equivalência patrimonial	251	33.850	34.101	–	–	–
Demais saldos	–	–	–	38.600	–	38.600
<b>Resultado antes do resultado financeiro e tributos</b>	<b>(482)</b>	<b>33.850</b>	<b>33.368</b>	<b>2.293.610</b>	<b>39.708</b>	<b>2.333.318</b>
Receitas financeiras	546	–	546	460.966	(10)	(vi) 460.956
Despesas financeiras	(107)	–	(107)	(558.348)	81.096	(i) (ii) (477.252)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>439</b>	<b>–</b>	<b>439</b>	<b>(97.382)</b>	<b>81.086</b>	<b>(16.296)</b>
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>(43)</b>	<b>33.850</b>	<b>33.807</b>	<b>2.196.228</b>	<b>120.794</b>	<b>2.317.022</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(141)	–	(141)	(338.208)	(18.354)	(vi) (356.562)
Imposto de renda e contribuição social diferido	–	–	–	(302.917)	33.440	(vi) (269.477)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>(184)</b>	<b>33.850</b>	<b>33.666</b>	<b>1.555.103</b>	<b>135.880</b>	<b>1.690.983</b>
Resultado atribuído para:						
Acionistas controladores	(184)	33.850	33.666	(184)	33.850	(vi) 33.666
Acionistas não controladores	–	–	–	1.555.287	102.030	(vi) 1.657.317
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>(184)</b>	<b>33.850</b>	<b>33.666</b>	<b>1.555.103</b>	<b>135.880</b>	<b>1.690.983</b>

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2024		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>						
Resultado atribuído para:						
Acionistas controladores	(184)	33.850	33.666	(184)	33.850	(vi) 33.666
Acionistas não controladores	–	–	–	1.936.421	(29.445)	(vi) 1.906.976
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(184)</b>	<b>33.850</b>	<b>33.666</b>	<b>1.936.237</b>	<b>4.405</b>	<b>1.940.642</b>

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2024		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado	Apresentado anteriormente	Ajustes	Reapresentado
<b>Lucro líquido do exercício</b>						
Itens que não poderiam ser classificados para o resultado						
Realização da reserva de reavaliação	–	–	–	(2.138)	(74)	(vi) (2.212)
IR/CS diferidos sobre realização da reserva de reavaliação	–	–	–	–	74	(vi) 74
(Perdas) Ganhos atuariais - Benefício pós-emprego	–	–	–	383.272	(1.163)	(vi) 382.109
IR/CS diferidos sobre benefício pós-emprego	–	–	–	–	(130.312)	(vi) (130.312)
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(184)</b>	<b>33.850</b>	<b>33.666</b>	<b>1.936.237</b>	<b>4.405</b>	<b>1.940.642</b>

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2024		
	Apresentado anteriormente					



## SANEAMENTO CONSULTORIA S.A.

CNPJ nº 43.614.803/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

→ continuação

	Consolidado	
	2025	2024
18. Outras contas a pagar:		
Direito de outorga a pagar (i)	369.256	308.835
Arrendamentos (ii)	811.743	288.178
Contratos de repasse (iii)	93.452	100.049
PED Funcionários (iv)	380.557	376.634
Outras contas a pagar	68.829	62.119
<b>Total</b>	<b>1.723.837</b>	<b>1.135.815</b>
Circulante	362.188	200.952
Não circulante	1.361.649	934.863

(i) Os contratos junto aos municípios da controlada Corsan estão sendo aditados com a postergação do prazo de concessão para 2062. Em 31 de dezembro de 2025 já foram aditados 303 contratos entre a Companhia e os municípios. Em decorrência desses aditamentos, foram reconhecidos o montante de outorgas a pagar de R\$ 255.004 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 151.178 em 31 de dezembro de 2024), devido aos municípios do Rio Grande do Sul - RS com vencimentos até dezembro de 2054. O saldo está líquido do ajuste a valor presente no montante de R\$ 248.110 (R\$ 148.953 em 31 de dezembro de 2024) calculados com base na taxa média de 10,05%. (ii) O Grupo possui contratos de arrendamentos relacionados a veículos, máquinas e equipamentos, imóveis e placas de energia. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a movimentação dos passivos de arrendamentos está demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>288.178</b>	<b>19.143</b>
Adições	667.906	333.169
Acrescimo de juros	74.530	13.891
(-) Pagamentos do principal	(143.972)	(63.045)
(-) Pagamentos de juros	(74.530)	(13.891)
Baixa	(369)	(1.089)
<b>Saldo final</b>	<b>811.743</b>	<b>288.178</b>
Circulante	197.217	86.543
Não circulante	614.526	201.635

O cálculo do valor presente em 31 de dezembro de 2025 foi efetuado considerando-se uma taxa de juros nominal de 10,58% a.a. (10,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024). As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos semelhantes. **Cronograma:** As parcelas classificadas no passivo não circulante no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 têm o seguinte cronograma de vencimento:

	Consolidado	
	2025	2024
2027	82.661	43.306
2028	43.306	488.559
2029 em diante	614.526	614.526

(iii) A controlada Corsan assinou contratos em outubro de 2011 junto à União para recebimento de recursos a fundo perdido para aplicação em investimentos de água e esgoto. O valor de R\$ 89.800 (R\$ 96.397 em 31 de dezembro de 2024) inscrito no passivo não circulante refere-se a obras em andamento ou em fase de conclusão. O montante remanescente de R\$ 3.652 (R\$ 3.652 em 31 de dezembro de 2024) refere-se ao Convênio Focem 04/13. A Companhia assinou o Convênio para a implantação de sistema de esgotamento sanitário no município de Aqueá, com o objetivo de elevar o índice de tratamento de esgoto do município para 100%. (iv) O saldo a pagar pela controlada Corsan referente à Fundação Corsan se refere ao contrato assinado em dezembro de 2023, para equacionamento do déficit apurado no Plano BD nº 001 no exercício de 2021. O contrato tem o vencimento final em maio/2045 e seus pagamentos são realizados mensalmente, com início em dezembro de 2023. Os valores são corrigidos com base no INPC + juros de 4,74% a.a. **19. Depósitos judiciais e provisões para demandas judiciais:** O Grupo é parte e, está se defendendo nas respectivas esferas, em autos de infração, processos administrativos e/ou judiciais, notificações e reclamações decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de aspectos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais. O Grupo, com base nas avaliações dos assessores jurídicos internos e externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes dos riscos cíveis, trabalhistas, tributários e ambientais aos quais está exposto, assim como, vem mantendo seus compromissos de depositar recursos judicialmente, quando requerido nos andamentos processuais.

Natureza	Depósitos judiciais		Provisões	
	2025	2024	2025	2024
Cíveis	5.552	54.460	291.638	390.117
Trabalhistas	179.871	244.320	640.476	867.096
Tributários	10.952	10.822	5.583	9.277
Ambientais	9.044	7.212	8.481	6.170
	<b>205.419</b>	<b>316.814</b>	<b>946.178</b>	<b>1.272.660</b>

Movimentação das provisões

Natureza	Consolidado		Resultado		Pagamentos	2025
	2024	Adições	Reversões	2024		
Cíveis	390.117	40.928	(125.165)	(14.242)	291.638	390.117
Trabalhistas	867.096	580.230	(593.710)	(213.140)	640.476	867.096
Tributários	9.277	—	(3.694)	(i)	5.583	9.277
Ambientais	6.170	2.311	—	—	8.481	6.170
	<b>1.272.660</b>	<b>623.469</b>	<b>(722.569)</b>	<b>(227.382)</b>	<b>946.178</b>	<b>946.178</b>

(i) Em 31 de dezembro de 2025, parte das reversões foram registradas no resultado financeiro, no montante de R\$ 3.683. **Processos considerados passivos contingentes com risco de perda possível:** A Companhia e suas controladas é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos referentes a questões cíveis e trabalhistas, as quais são consideradas como passivos contingentes nas Demonstrações Financeiras, avaliados pela Companhia e suas controladas, com o apoio dos assessores jurídicos, como sendo de risco de perda possível, no montante de R\$ 885.911 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 707.409 em 31 de dezembro de 2024), portanto, nenhuma provisão foi constituída para cobrir eventuais perdas com essas ações e/ou processos tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização, conforme segue abaixo: a) **Processos cíveis:** A controlada Corsan possui processos cíveis que correspondem principalmente às causas envolvendo pleitos de clientes, indenização por acidentes e danos morais, oriundos da relação de prestação de serviços pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 totalizam R\$ 309.569 (R\$ 209.838 em 31 de dezembro de 2024). b) **Processos trabalhistas:** A controlada Corsan, possui processos trabalhistas associados à cobrança de horas extras e aviso prévio de ex-funcionários. Em 31 de dezembro de 2025, totalizam R\$ 562.459 (R\$ 497.571 em 31 de dezembro de 2024). **20. Provisão para benefício pós-emprego:** O grupo possui saldo referente a provisão para benefício pós-emprego. A contabilização foi realizada com base em laudo técnico preparado por atuário externo da Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão assim apresentados:

	Consolidado	
	2025	2024
Plano de benefício definido	251.087	158.907
Sistema de assistência - Saúde	127.502	98.069
<b>Total</b>	<b>378.589</b>	<b>256.976</b>

A evolução do valor presente das obrigações atuariais em 31 de dezembro de 2025 está assim apresentada:

	Plano de benefício definido		Sistema de assistência - Saúde	
	2025	2024	2025	2024
Valor das obrigações atuariais no início do ano	2.441.765	98.068	2.441.765	98.068
Juros sobre obrigação atuarial	289.009	11.886	289.009	11.886
Custo do serviço corrente, líquido	(702)	—	(702)	—
Contribuições dos participantes	31.604	—	31.604	—
Benefícios pagos no ano	(392.023)	(8.422)	(392.023)	(8.422)
(Ganhos) Perdas atuariais	27.934	25.878	27.934	25.878
<b>Obrigação total no exercício</b>	<b>2.397.587</b>	<b>127.410</b>	<b>2.397.587</b>	<b>127.410</b>
Valor justo dos ativos no início do ano	(1.900.936)	—	(1.900.936)	—
Benefícios pagos durante o exercício	392.023	—	392.023	—
Contribuições de participantes	(31.604)	—	(31.604)	—
Contribuições de empregador	(73.229)	—	(73.229)	—
Rendimento esperado dos ativos no ano	(227.103)	—	(227.103)	—
Ganhos (Perdas) atuariais	80.305	—	80.305	—
<b>Valor justo dos ativos no exercício</b>	<b>(1.760.544)</b>	—	<b>(1.760.544)</b>	—
<b>Passivo reconhecido no final do exercício</b>	<b>637.043</b>	<b>(i)</b>	<b>637.043</b>	<b>(i)</b>

(i) O saldo do passivo a ser reconhecido referente ao Plano de benefício definido é composto também pelo saldo do Plano de Equacionamento do Déficit da Funcionários no montante de R\$ 380.557 (nota explicativa nº 18). **Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções:** Foi adotado o método da unidade de crédito projetada para calcular as obrigações atuariais, de acordo com premissas abaixo indicadas:

	Plano de benefício definido		Plano de benefício definido	
	2025	2024	2025	2024
Taxa real de desconto atuarial	7,40%	7,19%	7,40%	7,19%
Retorno real esperado sobre os ativos	7,40%	7,19%	7,40%	7,19%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	2,36%	2,85%	2,36%	2,85%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%
Fator de capacidade sobre os salários	98,00%	98,00%	98,00%	98,00%
Inflação esperada	4,05%	4,96%	4,05%	4,96%
Taxa de desconto nominal	11,57%	12,51%	11,57%	12,51%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	11,57%	12,51%	11,57%	12,51%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	6,51%	7,95%	6,51%	7,95%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,05%	4,96%	4,05%	4,96%

	Sistema de assistência - Saúde		Sistema de assistência - Saúde	
	2025	2024	2025	2024
<b>Econômicas e financeiras</b>				
Taxa real de desconto atuarial	7,31%	7,25%	7,31%	7,25%
Retorno real esperado sobre os ativos	7,31%	7,25%	7,31%	7,25%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Health Care Cost Trend Rate (HCCTR)	4,10%	4,10%	4,10%	4,10%
Fator de capacidade sobre os benefícios	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Fator de capacidade sobre os salários	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Inflação esperada	4,05%	4,96%	4,05%	4,96%
Taxa de desconto nominal	11,66%	12,57%	11,66%	12,57%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	11,66%	12,57%	11,66%	12,57%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	8,32%	9,26%	8,32%	9,26%

	Plano de benefício definido		Sistema de assistência - Saúde	
	2025	2024	2025	2024
<b>Demográficas</b>				
Mortalidade geral	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)
Mortalidade de inválidos	MI-2006 (M&F)	MI-2006 (M&F)	MI-2006 (M&F)	MI-2006 (M&F)
Entrada em invalidez	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS
Taxa anual de rotatividade	Nula	Nula	Nula	Nula
Composição familiar	Ativos: Família Média/ Assistidos: Família Real	Ativos: Família Média/ Assistidos: Família Real	Família Real	Família Real
Aging Factor	Não aplicável	Não aplicável	Exp. Mirador 2025	Exp. Mirador 2025

	Plano de benefício definido		Sistema de assistência - Saúde	
	2024	2024	2024	2024
<b>Demográficas</b>				
Mortalidade geral	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)
Mortalidade de inválidos	MI-2006 (M&F)	MI-2006 (M&F)	MI-2006 (M&F)	MI-2006 (M&F)
Entrada em invalidez	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS	ÁLVARO VINDAS
Taxa anual de rotatividade	Nula	Nula	Nula	Nula
Composição familiar	Nula	Nula	Família Real	Família Real
Aging Factor	Não aplicável	Não aplicável	Conforme histórico do Plano de Saúde	Conforme histórico do Plano de Saúde

	Plano de benefício definido		Sistema de assistência - Saúde	
	2025	2024	2025	2024
<b>Premissa Plano</b>				
<b>Taxa de desconto</b>				
Aumento de 1%	(7,36%)	(8,65%)	(7,36%)	(8,65%)
Redução de 1%	8,53%	10,10%	8,53%	10,10%
<b>Expectativa de vida</b>				
Aumento de 1 ano	1,89%	4,33%	1,89%	4,33%
Redução de 1 ano	(1,93%)	(4,26%)	(1,93%)	(4,26%)
<b>Crescimento Real de Salários</b>				
Aumento de 1%	0,32%	—	0,32%	—
Redução de 1%	(0,29%)	—	(0,29%)	—

**21. Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** Em 26 de março de 2024, a acionista Aegea Saneamento e Participações S.A. integrou o montante de R\$ 1.868 na Companhia, dos quais R\$ 1.850 foram alocados em reserva de capital e R\$ 18 foram utilizados para aumento de capital social. Em 27 de março de 2024, as acionistas Perfin Mariner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Perfin Discovery Mercury Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, Perfin Mariner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Perfin Discovery II Fundo de Investimento em Participações em Multiestratégia, transferiram 161.814.361 ações, que corresponde a totalidade de suas ações ordinárias para a nova acionista Mariner II Participações S.A. Em 01 de abril de 2024, ocorreu a aprovação de aporte de capital na Companhia no montante de R\$ 17.548, mediante emissão de 33.232.413 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, dos quais R\$ 17.373 foram alocados em reserva de capital e R\$ 175 foram utilizados para aumentar o capital social da Companhia. As ações emitidas estão distribuídas da seguinte forma: Aegea Saneamento e Participações S.A. com 24.924.310, Kinea Equity Infra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia com 1.661.621 e Mariner II Participações S.A. com 6.646.482. Os montantes ora citados foram subscritos e integralizados durante o exercício de 2024. Em 18 de setembro de 2024, ocorreu a aprovação de aumento de capital social na Companhia no montante de R\$ 79.200, mediante emissão de 149.987.300 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. As ações emitidas estão distribuídas da seguinte forma: Aegea Saneamento e Participações S.A. com 112.490.475, Kinea Equity Infra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia com 7.499.365 e Mariner II Participações S.A. com 29.997.460. Os montantes ora citados foram subscritos e integralizados durante o exercício de 2024. Em 20 de setembro de 2024, a acionista Kinea Equity Infra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, transferiu 13.467.408 das ações ordinárias em sua posse para a nova acionista da Companhia a Kinea Equity Infra I Private Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Ltda. Em 11 de novembro de 2024, ocorreu a aprovação de aumento de capital social na Companhia no montante de R\$ 22.885, mediante emissão de 43.339.298 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. As ações emitidas estão distribuídas da seguinte forma: Aegea Saneamento e Participações S.A. com 32.504.473, Kinea Equity Infra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia com 1.578.721, Kinea Equity Infra I Private Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Ltda. Com 588.244, Mariner II Participações S.A. com 8.667.860. O montante de R\$ 18.917 foi integralizado durante o exercício e o montante de R\$ 3.968 foi integralizado em 2025. Em 05 de dezembro de 2024, ocorreu a aprovação de aumento de capital social na Companhia no montante de R\$ 1.266, mediante emissão de 2.396.954 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. As ações emitidas estão distribuídas da seguinte forma: Aegea Saneamento e Participações S.A. com 1.797.715, Kinea Equity Infra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia com 87.316, Kinea Equity Infra I Private Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Ltda. Com 32.532, Mariner II Participações S.A. com 479.391. O montante ora citado foi subscrito e integralizado durante o exercício de 2024. Em 06 de junho de 2025, ocorreu a aprovação de aumento de capital social na Companhia no montante de R\$ 10.068, mediante emissão de 19.066.913 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. As ações emitidas estão distribuídas da seguinte forma: Aegea Saneamento e Participações S.A. com 14.300.185, Kinea Equity Infra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia com 694.568, Kinea Equity Infra I Private Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Ltda. com 258.777, Mariner II Participações S.A. com 3.813.383. O montante ora citado foi subscrito e integralizado durante o exercício de 2025. Em 06 de outubro de 2025, ocorreu a aprovação de aumento de capital social na Companhia no montante de R\$ 79.200, mediante emissão de 149.988.637 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. As ações emitidas estão distribuídas da seguinte forma: Aegea Saneamento e Participações S.A. com 112.491.478, Kinea Equity Infra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia com 5.463.776, Kinea Equity Infra I Private Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Ltda. com 2.035.656, Mariner II Participações S.A. com 29.997.727. O montante ora citado foi subscrito e integralizado durante o exercício de 2025. Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado é de R\$ 197.067 (R\$ 103.831 em 31 de dezembro de 2024) e está representado por 1.207.083.320 (1.038.027.770 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os acionistas, as quantidades de ações e os respectivos percentuais de participação estão assim apresentados:

	2025		2024	
	Quantidade de ações	Porcentagem	Quantidade de ações	Porcentagem
Aegea Saneamento e Participações S.A.	905.312.490	77,52%	778.520.827	77,52%
Mariner II Participações S.A.	241.146.664	20,00%	207.605.554	20,00%
Kinea Equity Infra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	43.971.549	3,64%	37.813.205	3,64%
Kinea Equity Infra I Private Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Ltda.	16.382.617	1,36%	14.088.184	1,36%
<b>Total</b>	<b>1.207.083.320</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.038.027.770</b>	<b>100,00%</b>

**Participações societárias:** Aegea Saneamento e Participações S.A. 75,00%, Mariner II Participações S.A. 20,00%, Kinea Equity Infra I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia 3,64%, Kinea Equity Infra I Private Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Ltda. 1,36%. **b) Ajuste de avaliação patrimonial:** Com a aplicação do IPCP 01 (R1) - Contratos de concessão, o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação da controlada Corsan, foi considerado como o valor justo do ativo intangível relacionado à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009, e a reserva de reavaliação, transferida para a conta de "outros resultados abrangentes". Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros acumulados no exercício totalizou R\$ 2.376, líquido dos efeitos tributários (R\$ 2.138 em 31 de dezembro de 2024). Ganhos ou perdas atuariais conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, os eventuais ativos ou passivos passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras na conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Em 2025 a controlada Corsan registrou uma perda atuarial de R\$ 138.226 (R\$ 382.109 de ganho atuarial em 2024). c) **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social. d) **Reserva de capital:** Nesta reserva está registrado parte do valor das ações emitidas pela Companhia. As utilizações possíveis dessa reserva estão constituídas no artigo 200 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). e) **Dividendos:** Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

	2025		2024	
	Lucro líquido do exercício	Dividendos distribuídos	Lucro líquido do exercício	Dividendos distribuídos
(-) Constituição da reserva legal	17.815	(891)	17.815	(

→ continuação

## SANEAMENTO CONSULTORIA S.A.

CNPJ nº 43.614.803/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de Reais)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Consolidado			
	2024 (reapresentado)	Resultado	Patrimônio líquido	2025
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	22.232	8.960	–	31.192
Provisão para participação nos lucros	17.237	1.109	–	18.346
Provisões para demandas judiciais	266.142	(9.430)	–	256.712
Ajuste a valor presente	1.875	(1.875)	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	–	30.709	–	30.709
Arrendamentos	510	11.876	–	12.386
Perda com clientes	56.800	(56.800)	–	–
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	3.458	59.269	–	62.727
Baixa por perda parcelamentos	(1.094)	1.648	–	554
Amortizações custo da obtenção de contrato	16	(16)	–	–
Provisão PIS e COFINS sobre precatórios	84	385	–	469
Provisão benefício pós-emprego	87.373	(8.917)	49.879	128.335
Provisão indenização	42.773	(12.566)	–	30.207
Provisão para gratificação e bônus	–	3.497	–	3.497
Realização prejuízo fiscal 30%	127	(127)	–	–
COFINS e PASEP diferidos RTT	432	(432)	–	–
Provisão de acordos judiciais	–	28.241	–	28.241
Passíveis de compensação	(177.298)	(143.409)	372	(320.335)
<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>320.667</b>	<b>(87.878)</b>	<b>50.251</b>	<b>283.040</b>
Juros capitalizados	(55.610)	(104.756)	–	(160.366)
Ajuste a valor presente	–	(3.098)	–	(3.098)
Custo de captação de financiamentos e debêntures	(34.106)	(5.776)	–	(39.882)
Ganho ou perda com swap	38.720	(38.720)	–	–
Diferimento do lucro dos órgãos públicos	(2.402)	110	–	(2.292)
Baixa de títulos do contas a receber	(2.615)	(344)	–	(2.959)
Valor justo passivos financeiros	(55.759)	15.770	–	(39.989)
Depreciação ativo imobilizado - RTT	(28.026)	28.026	–	–
Despesa com depreciação	(963)	(17.411)	–	(18.374)
Encargos financeiros sobre obras andamento	(5.134)	5.134	–	–
Margem construção	(3.075)	(158)	–	(3.233)
Precatório	(3.745)	917	–	(2.828)
Arrendamentos - Capitalização	(1.576)	(8.180)	–	(9.756)
Reserva de reavaliação	(5.554)	(2.375)	372	(7.557)
Ajuste a valor justo	(3.589)	3.152	–	(437)
Receita de construção	(13.864)	(15.509)	–	(29.373)
Amortizações custo da obtenção de contrato	–	(191)	–	(191)
Passíveis de compensação	177.298	143.409	(372)	320.335
<b>Passivo fiscal diferido</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>Ativo fiscal diferido líquido</b>	<b>320.667</b>	<b>(87.878)</b>	<b>50.251</b>	<b>283.040</b>

	Consolidado			
	01/01/2024 (reapresentado)	Resultado	Patrimônio líquido	2024 (reapresentado)
Perdas de crédito esperadas sobre contas a receber	52.721	(30.489)	–	22.232
Provisão para participação nos lucros	–	17.237	–	17.237
Provisões para demandas judiciais	303.297	(37.155)	–	266.142
Ajuste a valor presente	821	1.054	–	1.875
Arrendamentos	–	510	–	510
Perda com clientes	–	3.458	–	3.458
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	50.993	5.807	–	56.800
Baixa por perda parcelamentos	(3.560)	2.466	–	(1.094)
Amortizações custo da obtenção de contrato	–	16	–	16
Provisão PIS e COFINS sobre precatórios	–	84	–	84
Provisão benefício pós-emprego	184.577	33.108	(130.312)	87.373
Provisão indenização	–	42.773	–	42.773
Realização prejuízo fiscal 30%	–	127	–	127
COFINS e PASEP diferidos RTT	–	432	–	432
Provisão promoções e reajuste salarial	172.264	(172.264)	–	–
Provisão s/Questões Fiscais	23.166	(23.166)	–	–
Passíveis de compensação	(63.897)	(113.475)	74	(177.298)
<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>720.382</b>	<b>(269.477)</b>	<b>(130.238)</b>	<b>320.667</b>
Juros capitalizados	–	(55.610)	–	(55.610)
Custo de captação de financiamentos e debêntures	–	(34.106)	–	(34.106)
Ganho ou perda com swap	–	38.720	–	38.720
Diferimento do lucro dos órgãos públicos	–	(2.402)	–	(2.402)
Baixa de títulos do contas a receber	–	(2.615)	–	(2.615)
Valor justo passivos financeiros	(5.427)	(50.332)	–	(55.759)
Depreciação ativo imobilizado - RTT	(6.449)	(21.577)	–	(28.026)
Despesa com depreciação	–	(963)	–	(963)
Encargos financeiros sobre obras andamento	(981)	(4.153)	–	(5.134)
Margem construção	(32.356)	29.281	–	(3.075)
Precatório	–	(3.745)	–	(3.745)
Arrendamentos - Capitalização	–	(1.576)	–	(1.576)
Reserva de reavaliação	(18.684)	13.056	74	(5.554)
Ajuste a valor justo	–	(3.589)	–	(3.589)
Receita de construção	–	(13.864)	–	(13.864)
Passíveis de compensação	63.897	113.475	(74)	177.298
<b>Passivo fiscal diferido</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>Ativo fiscal diferido líquido</b>	<b>720.382</b>	<b>(269.477)</b>	<b>(130.238)</b>	<b>320.667</b>

**27. Instrumentos financeiros:** **Visão Geral:** O Grupo está exposto aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo sobre cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e do capital do Grupo. **Estrutura de gerenciamento de risco:** O Grupo tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco, e os gestores de cada área se reportam regularmente a Companhia e suas controladas sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco do Grupo foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletirem mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de aplicações financeiras. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 115.208, representando aproximadamente 17,36% do saldo de contas a receber de clientes em aberto naquela data. Em 31 de dezembro de 2024, esta provisão era de R\$ 54.162, representando aproximadamente 10,66% do saldo de contas a receber de clientes em aberto naquela data. O Grupo visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, nas quais realiza aplicação direta em Certificados de Depósitos Bancários, Compromissadas e Fundo de Investimentos, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha, que detenham *rating* igual ou superior a AA. O *rating* são aqueles publicados pelas agências: *Fitch*, *Standard&Poor's* e *Moody's*, dentro da escala (i) global para aplicações no exterior, ou (ii) local para aplicações no Brasil. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Controladora		Consolidado				
	Nota	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Bancos conta movimento	6	1	6	56.972	–	54.043	–
Aplicações financeiras	7	3.633	3.733	2.622.324	–	2.370.933	–
Contas a receber de clientes	8	–	–	676.066	–	628.466	–
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	10	6.113	1.925	–	–	–	–
Outros créditos com partes relacionadas	10	–	428	–	–	–	–
Precatórios a receber	14	–	–	187.921	–	169.682	–
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	–	6.255	–	–	–
Ativos financeiros contratuais	9	–	–	148.992	–	134.739	–
		<b>9.747</b>	<b>6.092</b>	<b>3.698.770</b>	–	<b>3.357.863</b>	–

**Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez do Grupo. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro do Grupo em 31 de dezembro de 2025:

	Controladora		Consolidado				
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos	9	9	9	–	–	–	–
Fornecedores e empreiteiros	–	–	–	–	–	–	–
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	12.227	12.227	12.227	–	–	–	–
	<b>12.236</b>	<b>12.236</b>	<b>12.236</b>	–	–	–	–

	Consolidado		Consolidado				
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 meses em diante
Passivos	878.641	878.641	376.344	502.297	–	–	–
Fornecedores e empreiteiros	6.362.435	15.513.418	1.499.787	885.564	1.681.971	553.083	10.893.013
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	460.090	460.090	460.090	–	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos	96.576	(424.905)	78.144	47.556	38.302	38.411	(627.318)
Outras contas a pagar	1.723.837	2.405.290	347.466	699.898	112.281	95.536	1.150.108
	<b>9.521.579</b>	<b>18.832.534</b>	<b>2.761.832</b>	<b>2.135.315</b>	<b>1.832.554</b>	<b>687.030</b>	<b>11.415.803</b>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade do Grupo, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O Grupo não possui exposição ao risco cambial. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. • Risco de taxa de juros: O Grupo está exposto a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, financiamentos e debêntures, instrumentos financeiros derivativos, P.E.D. Funcorsan e direito de outorga a pagar. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros expostos a taxa de juros era:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Instrumentos de taxa variável</b>				
Ativos financeiros	–	–	–	–
Aplicações financeiras	3.633	3.733	2.622.324	2.370.933
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	6.255	–
	<b>3.633</b>	<b>3.733</b>	<b>2.628.579</b>	<b>2.370.933</b>

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<b>Instrumentos de taxa variável</b>				
Passivos financeiros	–	–	–	–
Financiamentos e debêntures	–	–	5.956.091	4.124.023
Instrumentos financeiros derivativos	–	–	96.576	113.882
P.E.D Funcorsan	–	–	380.557	376.634
Direito de outorga a pagar	–	–	369.256	308.835
	–	–	<b>6.802.480</b>	<b>4.923.374</b>

## DIRETORIA

André Pires de Oliveira Dias - Diretor Presidente

Yaroslav Memrava Neto - Diretor Financeiro

## CONTADOR

Vincius Saraiva Caração Benedito - CRC SP 295505/O-9

continua →

O Grupo realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável. A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

	Controladora		Cenários					
	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva	Cenários				
			a.a. em 2025	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
<b>Exposição patrimonial</b>								
<b>1 - Ativos financeiros</b>								
Aplicações financeiras	3.633	Variação do CDI	14,90%	541	676	812	406	271
<b>Exposição líquida</b>	<b>3.633</b>			<b>541</b>	<b>676</b>	<b>812</b>	<b>406</b>	<b>271</b>

	Consolidado		Cenários					
	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva	Cenários				
			a.a. em 2025	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%
<b>Exposição patrimonial</b>								
<b>1 - Ativos financeiros</b>								
Aplicações financeiras	2.622.324	Variação do CDI	14,90%	390.726	488.408	586.089	293.045	195.366
<b>2 - Passivos financeiros</b>								
Financiamentos e debêntures	(1.679.343)	Variação do CDI	14,90%	(250.222)	(312.778)	(375.333)	(187.667)	(125.111)
Financiamentos	(3.991.541)	Variação do IPCA	4,26%	(170.040)	(212.550)	(255.060)	(127.530)	(85.020)
Debêntures	(243.392)	Variação da TR	1,97%	(4.795)	(5.994)	(7.193)	(3.596)	(2.398)
Financiamentos e debêntures	(41.815)	Variação da TJLP	9,19%	(3.843)	(4.804)	(5.765)	(2.882)	(1.922)
P.E.D Funcorsan	(380.557)	Variação do IPCA	4,26%	(16.212)	(20.265)	(24.318)	(12.159)	(8.106)
Direito de outorga a pagar	(369.256)	Variação do IPCA	4,26%	(15.730)	(19.663)	(23.595)	(11.798)	(7.865)
<b>1 + 2 - Exposição líquida</b>	<b>(4.083.580)</b>			<b>(70.116)</b>	<b>(87.646)</b>	<b>(105.175)</b>	<b>(52.587)</b>	<b>(35.059)</b>

Os riscos de taxas de juros decorrem da possibilidade de oscilações das taxas de juros utilizadas pelo Grupo para contratação de instrumentos financeiros. Para mitigar tais riscos, os instrumentos financeiros do Grupo estão cobertos com a contratação de operações de *hedge* através de instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap*. O resumo dos dados quantitativos sobre a exposição para esses riscos do Grupo baseia-se na sua política de gerenciamento de risco conforme abaixo:

	Consolidado		Cenários				
	Exposição	I Provável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%	
<b>Risco de taxa de juros</b>							
<b>1 - Instrumentos derivativos</b>							
Financiamentos	(2.120.936)	(2.120.936)	(2.651.170)	(3.181.404)	(1.590.702)	(1.060.468)	
Swap - Ponta ativa	2.120.765	2.120.765	2.650.956	3.181.148	1.590.574	1.060.383	
<b>1 + 2 - Exposição líquida</b>	<b>(1</b>						

- \* continuação

## SANEAMENTO CONSULTORIA S.A.

CNPJ nº 43.614.803/0001-49

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

**Aos Acionistas e Administradores da Saneamento Consultoria S.A. - São Paulo - SP.**

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Saneamento Consultoria S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Saneamento Consultoria S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Reapresentação dos saldos correspondentes de exercícios anteriores:** Chamamos a atenção à nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que indicam que os saldos correspondentes de exercícios anteriores foram retificados e estão sendo reapresentados para refletirem os ajustes descritos na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita de serviços de fornecimento de água e tratamento de esgoto:** Veja as Notas 4(i) e 22 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** A Companhia através de suas controladas fornece e reconhece receita sobre serviços de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário. Tais controladas possuem alto volume de clientes e a correta identificação e manutenção de cadastro desses clientes se torna complexa para garantir a identificação dos clientes e determinação da existência de um contrato entre as partes, bem como, ações de cobrança que garantam o recebimento da contraprestação pela prestação de serviços. Adicionalmente, a mensuração da receitas não faturada, mas que representam receitas auferidas, cujo serviço foi prestado, envolve julgamento relevante. Dada a complexidade na determinação da existência de contratos válidos entre as partes em função do volume de clientes, e consequentemente a incerteza sobre o recebimento da contraprestação sobre a prestação de serviços, consideramos esse assunto como um Principal Assunto de Auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - O entendimento dos processos e controles internos estabelecidos para identificação de clientes e consequentemente a existência de um contrato de prestação de serviço válido entre as partes; - Com base em amostra, inspecionamos as faturas emitidas à clientes e comprovantes de recebimento; - Avaliamos a estimativa relacionada ao registro da receita incorrida mas não faturada; - Testes de corte (*cut-off*), incluindo análise de transações registradas próximas ao encerramento do exercício; e - Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes relacionadas ao reconhecimento de receita sobre prestação de serviço referente ao fornecimento de água e tratamento de esgoto. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes no reconhecimento de receita de prestação de serviço de água e esgoto os quais foram registrados pela Administração. Nossos testes revelaram deficiências no desenho dos controles relacionados à identificação de clientes. Em função disso, houve a necessidade de extensão dos nossos procedimentos substantivos para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto aos valores de receita de prestação de serviços. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os critérios adotados pela Companhia para o reconhecimento da receita de serviços de fornecimento de água e tratamento de esgoto, bem como as premissas utilizadas na determinação do reconhecimento de receita incorrida mas não faturada, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas sobre contas a receber de clientes:** Veja as Notas 4(d) e 8 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos da auditoria:** A Companhia através de suas controladas reconhece receita sobre serviços de abastecimento de água e tratamento de esgotamento sanitário. Tais controladas possuem um alto

volume de clientes e a correta identificação e manutenção de cadastro desses clientes se torna complexa para garantir a identificação de contratos e ações de cobrança que garantam o recebimento da contraprestação pela prestação de serviços. A mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas requer julgamento significativo na determinação das seguintes premissas: (i) correta identificação de clientes, (ii) índices históricos de inadimplência e (iii) expectativa de recebimento de dívidas em renegociações com clientes. Devido à complexidade e ao nível de julgamento utilizados na determinação das principais premissas estabelecidas para a mensuração da provisão para perda de crédito esperada sobre o contas a receber com clientes, consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - O entendimento dos processos e controles internos estabelecidos para identificação de clientes e determinação das premissas utilizadas para mensuração da provisão para perda de crédito esperada sobre o contas a receber; - Testes documentais, em base amostral, sobre os dados que suportam as principais premissas utilizadas na mensuração da provisão para perdas esperadas; - Recálculo dos modelos implementados para a mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas para os clientes com e sem parcelamento; e - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes na provisão para perdas esperadas os quais foram registrados pela Administração. Nossos testes revelaram deficiências no desenho dos controles relacionados a identificação de clientes e premissas utilizadas na mensuração da provisão para perdas de créditos esperadas. Em função disso, houve a necessidade de extensão dos nossos procedimentos substantivos para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto aos valores de receita de prestação de serviços. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis a mensuração da provisão para perdas de créditos esperadas sobre contas a receber de clientes, bem como as divulgações correlatas, no contexto das demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão:** Veja a Nota 12 das demonstrações financeiras. **Principais assuntos de auditoria:** A Companhia através de suas controladas possui registrado o ativo de contrato oriundo dos contratos de concessão os quais são reconhecidos por seus valores justos durante o período de construção. Conforme ICPC 01/IFRIC 12 e OCPC 05 - Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional. A Administração exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, consequentemente, são reconhecidos como ativos. Devido aos julgamentos realizados pela Administração na avaliação dos gastos incorridos com a construção e ampliação da infraestrutura que podem ter efeitos significativos sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e ampliação da infraestrutura, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais e comprovantes de pagamentos; e - Avaliação se as divulgações relativas à infraestrutura em construção nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Outros assuntos - Auditoria do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2024:** O exame dos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 1º de janeiro de 2024 (derivado das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023), preparados originalmente antes dos ajustes descritos na Nota Explicativa 5, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 13 de março de 2024. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis de 2025, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa 5 que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 1º de janeiro de 2024. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2024 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre eles tomados em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras

individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de maio de 2026



**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 2SP-014428/O-6

**Rafael Santos Pereira**  
Contador - CRC 1SP255172/O-5



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>